

Nº 05, 2022



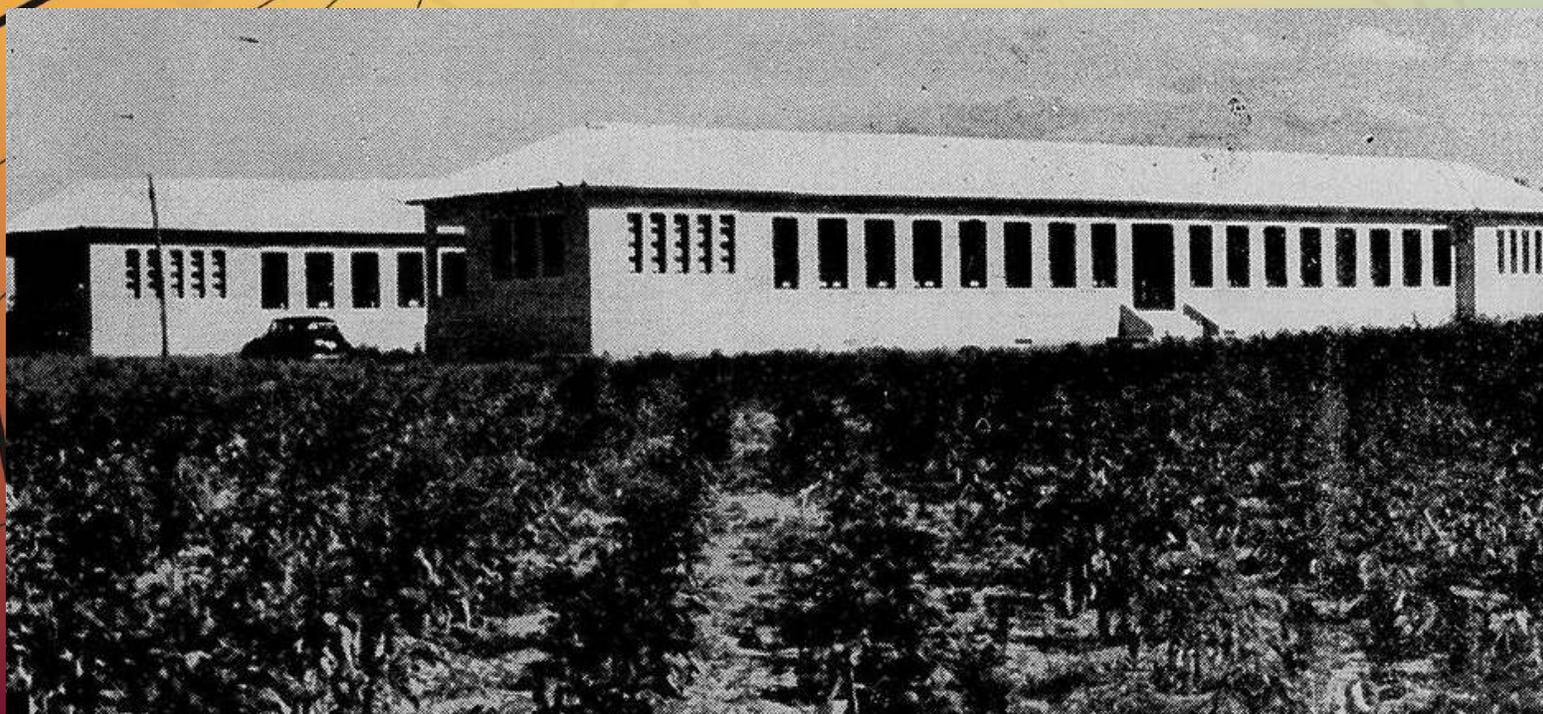
UFBA
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

03 DE OUTUBRO DE 2022

ISSN 2448-3109

INFORMATIVO CCAAB

*Escola de agronomia/UFBA: Escola
centenária, embrião da UFRB*



ÍNDICE

pág.03

ESCOLA DE AGRONOMIA/UFBA:
ESCOLA CENTENÁRIA, EMBRIÃO
DA UFRB

pág.10

CURSO DE AGRONOMIA DA
UFRB - UMA VOCAÇÃO PARA O
PIONEIRISMO

pág.04

A ESCOLA DE
AGRONOMIA/UFBA (1877
- 2005)

pág.12

REPORTAGEM O OBSERVATÓRIO
ECONÔMICO E FINANCEIRO (RJ) -
1936 A 1962

pág.08

GESTÃO DA ESCOLA DE
AGRONOMIA E CONQUISTA DA
UFRB



EXPEDIENTE

Elvis Lima Vieira
Diretor

Josival Santos Souza
Vice-Diretor

Zuleide Silva de Carvalho
Editor
***(Edição, produção
e projeto gráfico)***

ESCOLA DE AGRONOMIA/UFBA: ESCOLA CENTENÁRIA, EMBRIÃO DA UFRB



A Direção do CCAAB após leitura da reportagem "Ensino Agrônômico na Bahia" do Observatório Econômico e Financeiro (RJ) - 1936 a 1962, convidou os docentes Celso Luiz Borges de Oliveira (CETEC/UFRB), Paulo Gabriel Soledad Nacif CCAAB/UFRB e José Fernandes de Melo Filho (CCAAB/UFRB) para registrarem brevemente a Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) antes da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a criação da UFRB e o curso de Agronomia no contexto da UFRB, respectivamente.

Esta iniciativa visa ratificar e registrar a importância da Escola de Agronomia/UFBA na formação e qualificação de Engenheiros(as) Agrônomos(as) e também seu papel na criação da UFRB onde a mesma disponibilizou todo o seu patrimônio de área, infra-estrutura,

semoventes e principalmente um quadro de docentes e técnico-administrativos qualificados, experientes e comprometidos.

Esta condição certamente foi a mola propulsora para que a criação da UFRB se efetivasse de forma eficiente e eficaz.

A Escola de Agronomia/UFBA sempre será referência quando se reportar ao papel transformador da UFRB na formação qualificada de profissionais e na geração de conhecimentos técnico-científico nas grandes áreas das Ciências Agrárias, Ambientais, Biológicas, Artes, Humanidades, Letras, Tecnologias, Saúde, Exatas, Cultura, Linguagens e Formação de Professores.

*ELVIS LIMA VIEIRA
DIRETOR CCAAB/UFRB)*



Aspecto da parte posterior do edifício da administração da grandiosa Escola de Agronomia localizada em Cruz das Almas, e que dá bem impressão do vulto da obra.

Ensino Agrônômico na Bahia

A ESCOLA DE AGRONOMIA/UFBA (1877 – 2005)



POR CELSO LUIZ BORGES DE OLIVEIRA
(DOCENTE CETEC/UFRB)

A Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (1967-2006), sediada em Cruz das Almas, BA, originou-se da Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB), criada pelo decreto nº 5.957, de 23/06/1875, que iniciou suas atividades a título de experiência, em 16 de julho de 1876 e sua inauguração solene só veio acontecer em 15 de fevereiro de 1877 (CAPDEVILLE, 1991), primeira deste gênero localizada na América do Sul, em terras do antigo Engenho de São Bento das Lages (Figuras 1a e 1b), hoje município de São Francisco do Conde, BA. A primeira escola de agronomia da América Latina foi a de Chapingo, no México, que data de 1854 (MALAVOLTA, 1978-81, p. 107).

A IEAB, foi precedida pelo Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), criado pelo decreto nº 2.500-A, de 01/11/1859, pelo Imperador D. Pedro II, que já tinha incluído em seu objetivos a criação de uma escola de agricultura na Bahia, com a finalidade *“ensinar os princípios, de se ensaiar os sistemas mais convenientes de cultura da terra e sua preparação, os métodos que possam melhorar concorrer para perfeição o fabrico dos produtos agrícolas e de introduzir máquinas e instrumentos que facilitem o trabalho e melhorem os processos até então empregados”* (BRASIL, 1959).

A IEAB ficou subordinada à direção do IIBA de 1877 até 1904, quando passara a chamar-se ambas as instituições, Instituto Agrícola da Bahia, permanecendo com essa denominação até 1911. Desde 1877 até 1904, a IEAB teve 380 alunos matriculados e formou 377, entre os do curso superior de agronomia e os do curso elementar.



FIGURA 1A. IMPERIAL ESCOLA DE AGRICULTURA DA BAHIA (IEAB)- SÃO BENTO DAS LAGES, BA - 1877/1930 (VISTA PANORÂMICA)



FIGURA 1B. IMPERIAL ESCOLA DE AGRICULTURA DA BAHIA (IEAB) SÃO BENTO DAS LAGES, BA - 1877/1930 (VISTA LATERAL)



FIGURA 2A. IMPERIAL ESCOLA DE AGRICULTURA DA BAHIA (IEAB) SALVADOR, BA, MONTE SERRAT - 1931/1942 (VISTA PANORÂMICA)

Em 23 de janeiro de 1881, dos vinte alunos matriculados no curso de agronomia, apenas dez se formaram, após terem defendidos suas teses recebiam o título de engenheiro agrônomos. Eram os primeiros agrônomos formados no Brasil. As teses, sob o ponto de vista acadêmico, tentavam fazer uma análise mais científica da realidade vivida, nos pressupostos de que o ensino agrícola seria fundamental para a recuperação da agro-indústria do açúcar e de questões que mesmo após a abolição da escravatura, são completamente marginalizadas, já naquele início do Curso abordavam temas, tais como: a importância do problema salarial, a necessidade da organização do trabalho, a evasão da mão-de-obra rural para as cidades.

De 1880 a 1904 foram catalogadas 178 teses elaboradas pelos acadêmicos da IEAB. A preocupação básica dos acadêmicos, entretanto é a modernização da Agricultura e a transformação do senhor de engenho em empreendedor agrícola, seja em grandes ou pequenas propriedades, seja praticando culturas, intensivas ou extensivas (TOURINHO, 1982).

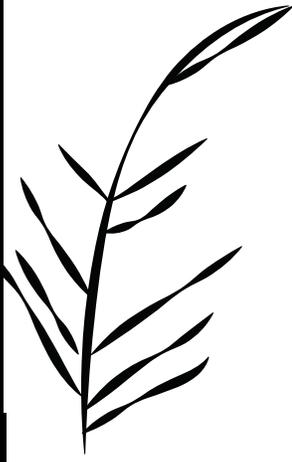
Em 1904, de posse de todo o acervo do já extinto IEAB, o Governo do Estado da Bahia criou o Instituto Agrícola da Bahia (IAB), funcionando até 1911, posteriormente, alegando falta de recursos financeiros e contando com o apoio do federal no financiamento da escola, o Estado da Bahia entregou o IAB ao Governo Federal, pelo decreto nº8.584, de 01/03/1911, que criou a Escola Média ou Teórico-Prática de Agricultura, ainda em São Bento das Lages (RELATÓRIO, 1911).

Esta ação não surtiu efeito desejado, e em 15 de abril de 1914 o Governo Federal decretou a suspensão do curso de agronomia ali realizado, sendo todos os alunos transferidos para o Posto Zootécnico de Pinheiro, no Estado do Rio de Janeiro, tendo sido suspensas as atividades da Escola Média -Teórica-Prática de Agricultura da Bahia e pelo decreto nº 12.012, de 29/03/1916, foi anexada à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que funcionava no Rio de Janeiro (OLIVIER, 2005).

Em 1919, o Governo da Bahia, reestabeleceu a escola em São Bento das Lages, com a denominação de Escola Agrícola da Bahia (EAB), e já em 1931 foi daí transferida para Salvador, motivada pela Revolução de 1930.

Foi instalada na antiga Hospedaria dos Imigrantes de Monte Serrat (Figuras 2a e 2b), onde funcionou até 1942, período este entremeadado pela Revolução de 1930 e o curso da 2ª Guerra Mundial.





**FIGURA 3A ESCOLA DE AGRONOMIA DA BAHIA (EAB)
CRUZ DAS ALMAS, BA - 1943/2005 (VISTA AÉREA)**

Em 1967 foi vinculada à Universidade Federal da Bahia, denominada então Escola de Agronomia da UFBA (EAUFBA), com momentos de prosperidade científica e acadêmica, em especial nas décadas de 1970 e 1980, exemplo do Convênio UFBA/BRASCAN Nordeste que desenvolveu pesquisas científicas básicas com a cultura da mandioca, o Convênio UFBA/Fundação Rockefeller, com o apoio financeiro e técnico, proporcionando suporte à Pesquisa, Extensão (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Sapeaçu (PDRI Sapeaçu), ao Ensino, de graduação e da pós-graduação com a criação do primeiro curso de pós-graduação stricto sensu.

Ainda, nos primeiros cinco anos de 1980, desenvolveu-se o Projeto Produtivo ISP/UFBA/EAUFBA, com financiamento do Banco Econômico da Bahia S/A e da UFBA, nas áreas de produção animal e vegetal, para o abastecimento parcial dos restaurantes universitários da Escola de Agronomia e o da UFBA (este em Salvador).

Estes foram alguns dos momentos de maior expressão desenvolvimentista, mas sempre alternado por períodos de escassez de recursos com repercussões na vida acadêmica da instituição, que muito contribuíram e fortaleceram a resiliência institucional da Escola de Agronomia da UFBA, o que certamente, pela repercussão do seu conteúdo histórico, acadêmico, técnico e científico, e pela participação da comunidade acadêmica que nos seus 128 anos de existência como instituição (1877 a 2005), motivaram e alicerçaram a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Deixamos aqui o registro da criação/conversão da Escola de Agronomia da UFBA para Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, em 2005, que teve além da oferta do curso de Agronomia, a implantação dos cursos de Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Zootecnia, mas este seguimento institucional fica a cargo e critério dos relatos subsequentes dos textos que se referem à criação da UFRB pelo desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA e o Curso de Agronomia após a criação da UFRB, apoiados pela instigante e rica história da nossa instituição e do Curso de

Agronomia, que neste ano de 2022 completa seus 145 anos de existência (1877/2002), deixando-nos um rico acervo, que quiçá, seja sempre motivo de pesquisa, consulta e divulgação para as gerações futuras.

A mudança para o município de Cruz das Almas, foi definida pelo decreto nº10.831, de 1º de julho de 1938, mas a sua instalação só se deu em 1942, com a denominação de Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia, passando em seguida a chamar-se Escola Agrônômica da Bahia (EAB), Figuras 3a e 3b.



GESTÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA E CONQUISTA DA UFRB

POR PAULO GABRIEL SOLEDAD NACIF
(DOCENTE CETEC/UFRB)

O ano era 2002. O professor Naomar Monteiro de Almeida Filho havia assumido a Reitoria da UFBA em agosto. No final de outubro, Lula venceu as eleições presidenciais. Fui eleito Diretor da Escola de Agronomia no final de novembro.

Tomei posse no dia 14 de março de 2003. Demonstrando o desejo de estabelecer uma relação diferente e superior com a Escola de Agronomia, o Reitor Naomar definiu que a minha posse se daria numa reunião do Conselho Universitário da UFBA, em Cruz das Almas. Imediatamente após o ato da minha posse, uma Reunião Extraordinária do Conselho Universitário da UFBA discutiu a proposta de desmembramento da AGRUFBA para constituição do núcleo inicial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, deliberando-se por autorizar o Magnífico Reitor a designar uma comissão para elaboração dos subsídios para criação e implantação da UFRB.

A situação da Escola de Agronomia era preocupante e de futuro incerto, considerando, principalmente, a falta de dotação orçamentária significativa e adequada para os gastos com custeio e infraestrutura. Éramos um curso de graduação e um mestrado e, mesmo com um quadro docente excepcional, nenhuma área consolidada com efetivo dinamismo acadêmico, recebendo recursos escassos da UFBA, detentores de dez por cento das terras do município de Cruz das Almas e hospedando dez por cento da população mais pobre do município, como posseiros. Só como um exemplo do tamanho do problema, num cálculo modesto, o número de desvios de energia e água chegava à casa dos milhares de reais.

Felizmente, encontrei no Reitor e no Vice-Reitor da UFBA um perfil completamente diferente daqueles que historicamente ocuparam esses cargos. Desconfio que os professores Naomar (Reitor) e Francisco Mesquita (Vice-Reitor)



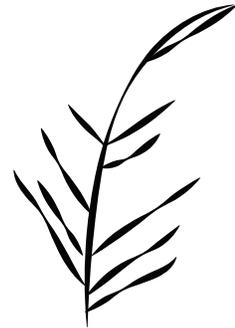
POSSE DO ÚLTIMO DIRETOR DA ESCOLA DE AGRONOMIA, 14 DE MARÇO DE 2003 (PROF. CLOVIS PEREIRA PEIXOTO *IN MEMORIAN*)



PROF. PAULO GABRIEL SOLEDAD NACIF E DONA CANÔ (*IN MEMORIAN*) - PROCESSO DE TRANSIÇÃO ESCOLA DE AGRONOMIA/UFBA PARA UFRB



PRIMEIROS PROFESSORES TITULARES DA UFRB - PROF. CLOVIS PEREIRA PEIXOTO (*IN MEMORIAN*) E PROF. ANACLETO RANULFO DOS SANTOS - DIRETOR ELVIS LIMA VIEIRA - 15 DE ABRIL DE 2015



FOTOGRAFIA EM PRETO E BRANCO DA VISTA AÉREA DA ESCOLA AGRÔNOMICA DA BAHIA EM CRUZ DAS ALMAS (BA); 1961 - PROCEDÊNCIA: REITORIA DA UFRB
FONTE: MEMORIAL DO ENSINO AGRÍCOLA SUPERIOR DA BAHIA; CATÁLOGO DO ACERVO.

estiveram, em quatro anos (2002 a 2006), em Cruz das Almas, mais do que a soma de todos os outros Reitores e Vice-Reitores da UFBA desde que a Escola de Agronomia foi federalizada (1967 a 2002).

Recebemos um imenso apoio da Reitoria da UFBA, que melhorou efetivamente os repasses financeiros à Escola de Agronomia e nos ajudou a criar três novos cursos (Engenharia Florestal, Zootecnia e Engenharia de Pesca) transformando a unidade de Cruz das Almas no Centro de Ciências Agrárias da UFBA. Assim, foi possível dedicar-me às articulações para a conquista da UFRB.

Cumpri uma intensa agenda até conquistar criação da universidade: Reunião da Comissão de Educação da Câmara Federal; Construção do projeto; dezenas de Reuniões e Audiências Públicas nos municípios do Recôncavo; Aprovação pela Congregação da Escola de Agronomia do Documento “Subsídios para Criação e Implementação da UFRB”; Negociações para aprovação do projeto na Escola de Agronomia e nos Conselhos Superiores da UFBA; Viagens a Brasília.

Finalmente, no dia 25 de março de 2005, o Executivo Federal envia o Projeto Lei para o Congresso. No dia 6 de julho de 2005 tivemos a

aprovação do Projeto na Câmara dos Deputados Federais. Em 12 de julho de 2005, o Projeto foi aprovado no Senado Federal. Em 29 de julho de 2005 o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.151 que cria a UFRB.

Foi um processo rápido, a mobilização no Recôncavo foi intensa (realizamos mais de quarenta audiências públicas). A minha posse como Reitor Pro Tempore, em 03 de julho de 2006, marcava o início das atividades da nova universidade.

Assumi a Reitoria da UFRB em 03 de julho de 2006 e lá permaneci até 27 de abril de 2015. A minha assunção ao cargo inaugurava o início das atividades da nova universidade.



FOTOGRAFIA COLORIDA DA VISTA AÉREA DA UFRB CRUZ DAS ALMAS (BA)
FONTE: MEMORIAL DO ENSINO AGRÍCOLA SUPERIOR DA BAHIA; CATÁLOGO DO ACERVO.

CURSO DE AGRONOMIA DA UFRB – UMA VOCAÇÃO PARA O PIONEIRISMO



*POR JOSÉ FERNANDES DE MELO FILHO
(DOCENTE CCAAB/UFRB)*

O “Imperial” curso de Agronomia da Bahia traz consigo a estrutura mais pura do DNA do pioneirismo. Primogênito de todos os cursos de Agronomia da América Latina, em sua belíssima trajetória, desde a criação em 1875, vem materializando registros importantíssimos de contribuições para a história da agricultura moderna. Uma delas foi ter sido a célula tronca da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

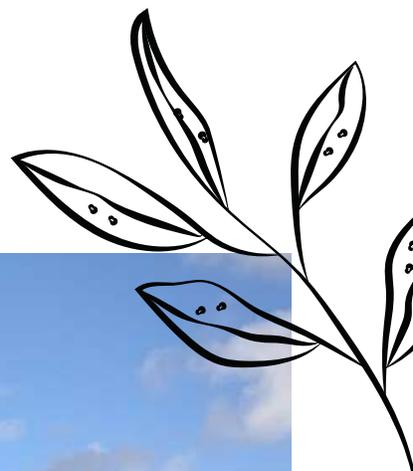
Dar origem a segunda Universidade Federal do Estado, resgatando uma dívida histórica do Brasil para com a Bahia e ter disponibilizado sua estrutura para instalação do núcleo inicial da UFRB, simbolicamente já poderia ter sido considerada a principal de suas contribuições, mas a mitose embrionária do Imperial curso de Agronomia resultou ainda em dois Centros de Ensino: CCAAB e CETEC.

No Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB são oito cursos de Graduação: Agronomia, Biologia – Bacharelado, Biologia – Licenciatura, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e onze cursos de Pós-Graduação: Doutorado em Ciências Agrárias, Doutorado em Engenharia Agrícola, Mestrado em Ciência Animal, Mestrado em Ciências Agrárias, Mestrado em Engenharia Agrícola, Mestrado em Microbiologia Agrícola, Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais, Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas, Mestrado em Zootecnia, Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.



No Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC são sete cursos de Graduação: Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas, Engenharia de Computação, Bacharelado em Matemática, Engenharia Elétrica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Licenciatura em Matemática EaDn e dois cursos de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT e Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital - EaD. Em seu pioneirismo o curso de Agronomia ainda nos legou o destacado nacionalmente PET Agronomia UFRB.

Considerado como de excelência nas avaliações do MEC, O PET Agronomia UFRB, foi um dos primeiros grupos PET das Agrárias e do interior do Brasil. Em sua história de 34 anos de existência realizou importantes ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação pedagógica no âmbito do curso de Agronomia da UFRB, como a Residência Agrônoma. Também foi a célula mãe do Programa de Educação Tutorial no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com nove grupos de educação tutorial.

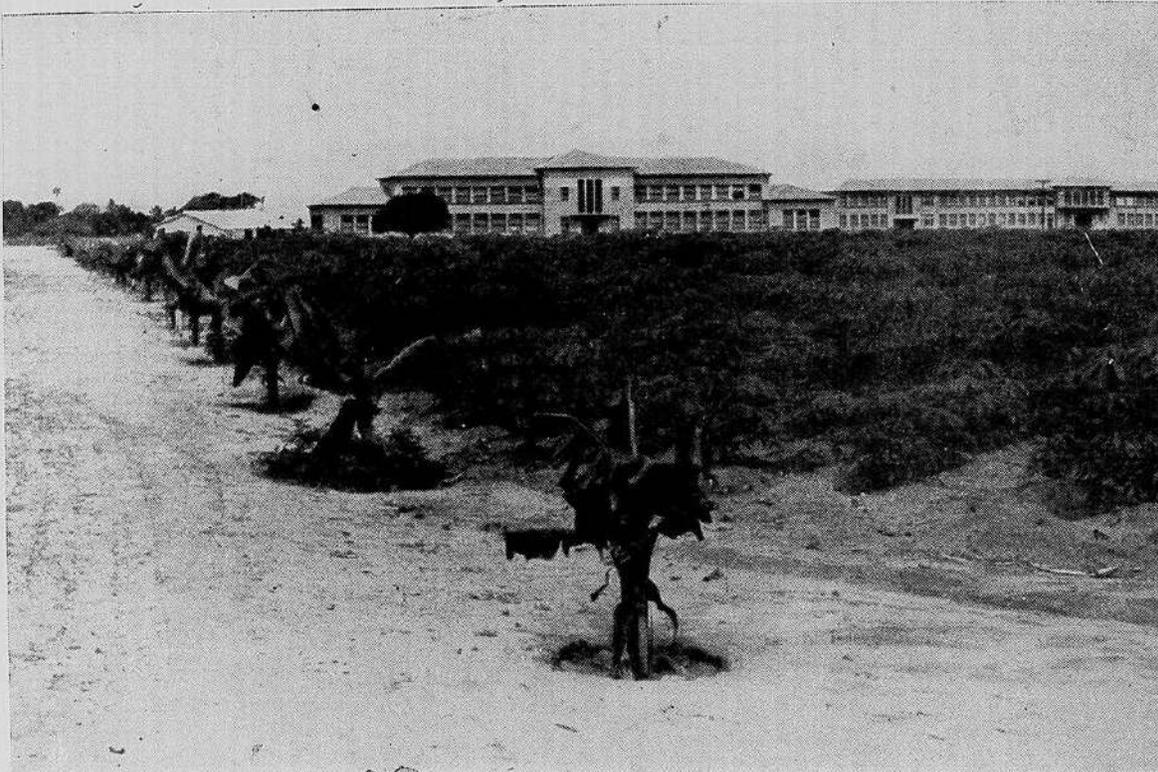


Fazenda Experimental do CCAAB/UFRB

REPORTAGEM O OBSERVATÓRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO (RJ) - 1936 A 1962

[Link para fonte da notícia: O Observatório Econômico e Financeiro \(RJ\) - 1936 a 1962\)](#)

118



Aspecto da parte posterior do edifício da administração da grandiosa Escola de Agronomia localizada em Cruz das Almas, e que dá bem impressão do vulto da obra.

Ensino Agrônômico na Bahia

VIVE, a agricultura brasileira, as dificuldades que lhe são impostas pela deficiência do braço humano, tanto de ordem numérica quanto qualitativa. Aliás, de qualidade sempre se ressentiu a nossa população rural e o que lhe faltava em apuro foi substituído pela excelência da terra e pelo esforço do homem, desse mesmo homem que vem se repetindo no "hinterland", desprovido de conhecimentos rudimentares, conhecendo o que é de mais primário. Hoje em dia, sentindo tôdas as dificuldades de uma produção deficiente em face do próprio crescimento vegetativo da população, nos voltamos para a mecanização agrícola, da mesma sorte que um sedento se volta para a água. Pode a mecanização suprir os claros abertos pelos homens que buscam nas cidades um melhor "standard" de vida; mas, por seu turno, a mecanização é o índice de um estágio superior de agricultura e exige, por seu turno, homens que

saibam aliar a eficiência dos instrumentos mecânicos à qualidade e às especificações do solo, a fim de lograr o desejado e esperado efeito.

Vivemos um período de transição e, como é costume acontecer, a transição traz sempre as suas dificuldades, especialmente as de adaptação e as de preparação. Se de um lado a batalha da mecanização vai precisar soldados, isto é, homens que saibam lidar com as máquinas, por outro lado necessitará, mais do que outra qualquer etapa da produção, generais, homens que tenham estudado cientificamente a terra e a agricultura, capazes de instruir os soldados quanto a maneira por que devem usar as suas máquinas; capazes de convencer, catequeticamente, aos donos da terra, a importância de adotarem novos métodos no trato do solo, na escolha do que vão produzir, na maneira de produzir, enfim. Precisamos de agrônomos.

Felizmente o ensino especializado tem se desenvolvido grandemente no Brasil, nestes últimos tempos; possuímos alguns estabelecimentos modernos, de grande capacidade, além de institutos de pesquisas à altura do mais recente progresso científico. Se em S. Paulo há a Escola de Piracicaba, se em Minas há a de Viçosa, temos na Bahia, atualmente, o mais recente conjunto de ensino agrícola, a escola de Cruz das Almas. E a existência de uma semelhante universidade rural na Bahia, pode perfeitamente ser realçada com a larga tradição e a primazia do Estado do Leste no estudo e na produção agrícola do Brasil.

TRADIÇÃO E PRIMAZIA

Normano, no seu livro já clássico sobre a economia brasileira, diz que toda a história das nações jovens é história econômica. O Brasil inclui-se no quadro de tais nações como as mais

recentes e, em nenhum outro país do mundo há tanta propriedade para o conceito do economista norte-americano. Dentro do nosso país a Bahia tem um lugar todo especial. Lá foi lançada a primeira semente da colonização; e nos fixamos na carta de Pero Vaz de Caminha, devemos atentar em que, a terra de que ele nos fala com tanto entusiasmo, não é outra senão a terra da Bahia. Lá, em 1549, foi instalado o primeiro governo geral. Até 1763 a sua capital foi também capital da colônia e centro indiscutível de todas as atividades que por aqui se desenvolviam. Coube a Francisco Marques de Góis Calmon escrever, com toda propriedade: "A Bahia, de opulenta civilização colonial, encetou a vida brasileira disputando a Lisboa a magnificência de seus templos e das moradas nobres, e foi o centro de onde irradiou, para difundir por todo o país, a luz reveladora das nossas riquezas, de ilimitadas promessas".

Dentre essas riquezas sempre esteve a agricultura, base sobre que se alicerçava a vida colonial. E se estudamos a geografia econômica do grande Estado, encontramos um grupo de

produtos fundamentais, que lhe deram grandeza no passado e hoje, quebrados os padrões da monocultura, continuam contribuindo para a sua riqueza, ao lado dos que surgiram e se desenvolveram depois. Vindo dos tempos coloniais, se começamos pelo pau-brasil, poderemos alinhar, pondo à margem a cronologia, o açúcar, o algodão, o fumo, o cacau, as madeiras, etc. Temos, nas poucas linhas transcritas a seguir, um esboço da economia bahiana em começos do século passado: "Além do algodão que era produzido em relativa quantidade, tínhamos a cultura incipiente do café que foi trazido para aqui pelos missionários italianos Barbadinhos pelo ano de 1788, segundo se vê na notícia escrita por João Antônio Sampaio Viana, juiz da comarca de Caravelas, citada por Paulo Porto Alegre, em sua interessante "Monografia do Café"; e a do cacau, que mal se iniciava, cuja semente, foi, entre nós, lançada à terra em 1746, por Antônio Dias Ribeiro, que a havia recebido do colono francês, Luís Frederico Warneaux, conforme o Padre Joaquim da Silva Tavares, na sua mono-

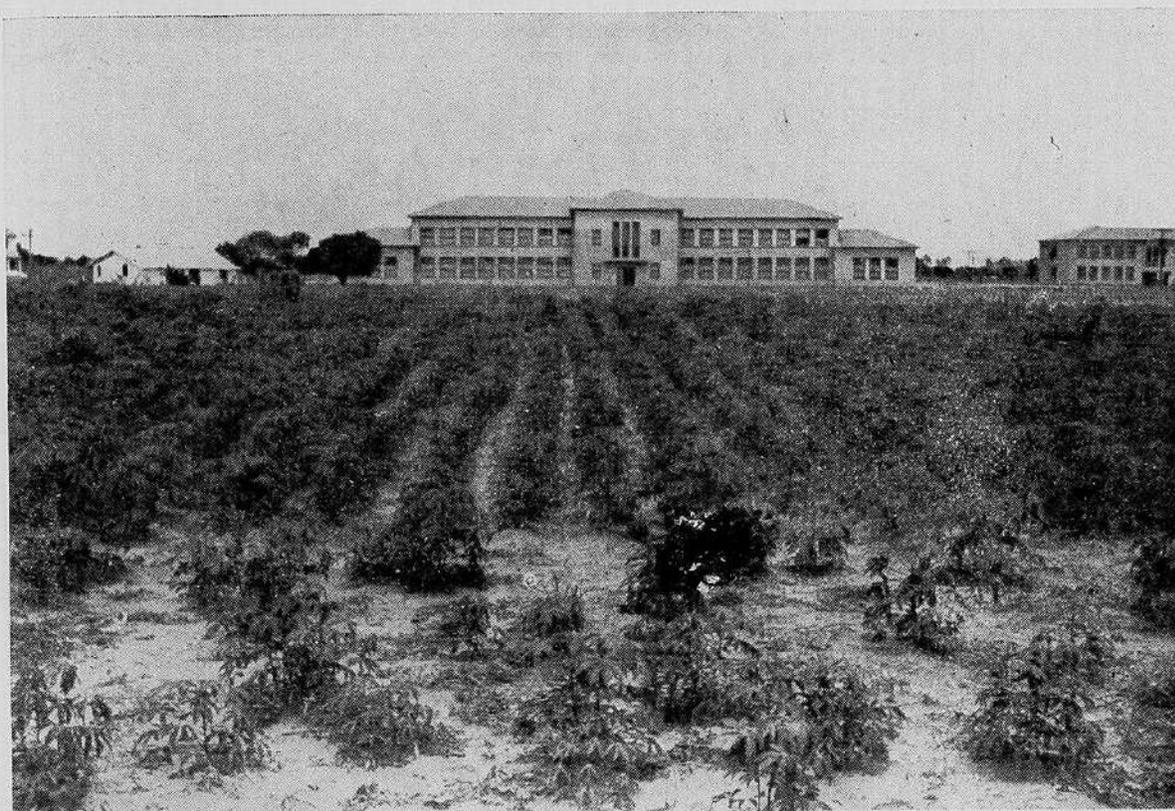
grafia "O Comércio do Cacau, particularmente no Estado da Bahia".

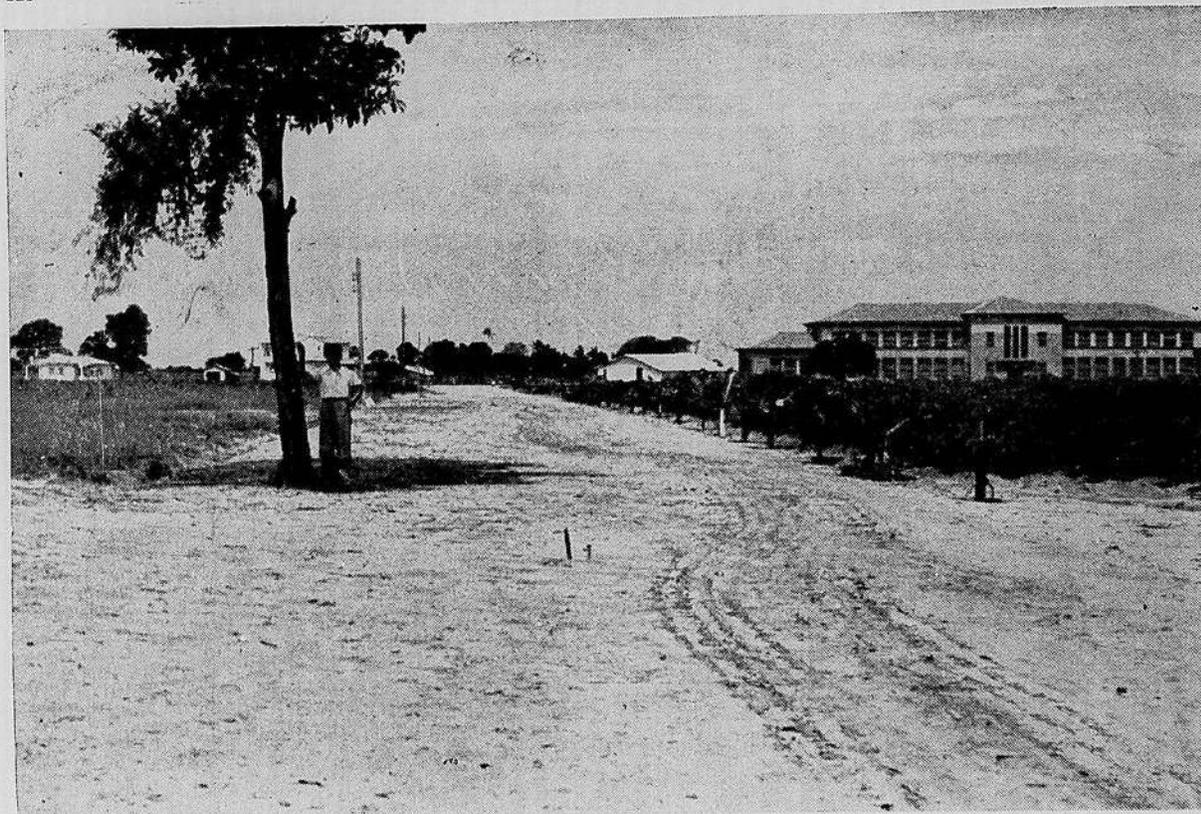
Um outro depoimento nos informa que a grande lavoura, compreendendo a cultura do algodão e o fabrico do açúcar por meio de máquina a vapor, engenho de serrar madeiras e moinhos de cereais movidos pelas sobras do mesmo vapor, bem como a aplicação das águas dos rios, até então desaproveitadas, para propelar engenhos de cana localizados em suas margens e, ainda, a colonização e a criação de gado de raças européias, mereceram o auxílio desvelado de Caldeira Brant.

Na Bahia, especialmente na região do Recôncavo, formou-se parte da mais brilhante nobreza rural do Brasil; muitos dos nomes que são hoje marcos destacados na nossa história política, lá nasceram e sempre viveram ligados à terra que lhes serviu de berço. De parte das autoridades houve sempre empenho de fomentar a agricultura.

Se a vida brasileira, aí pela primeira década de 1800, se fazia do Rio de Janeiro para o Norte, não é menos verdade que ela encontrava, na Bahia, o seu centro de maior desenvolvimen-

Cultura de aipim feita por estudantes, vendo-se a parte posterior do edifício de Zootécnia e Engenharia Rural.





Aspecto de uma das estradas em construção, de acesso aos diversos campos da Escola.

to e de maior brilho. Se procuramos o testemunho da história, vamos encontrar como prova relevante o resultado do inquérito promovido em 1807, pelo Senado da Câmara, a pedido do Conde da Ponte; em tal inquérito vamos encontrar um estudo completo, denotando alto senso de economia política e onde já surgiam alguns problemas de política econômica com os quais lutamos até hoje. Assim é que, na erudita resposta do desembargador Rodrigues de Brito lemos:

“O principal de todos os meios, com que se pode facilitar aos lavradores o exercício da sua indústria, aquêle que serve para se haverem todos os outros, e sem o qual eles ficarão inúteis, é o fornecimento de fundos para pôrem em valor as suas terras, que por falta dêles, ficarão incultas. A mais industriosa povoação seria inútil, e até onerosa, sem os fundos indispensáveis para lhe fornecer salários, instrumentos, sementes e matérias, em que pudesse empregar o seu trabalho.

“E pôsto que eu esteja bem longe de aconselhar nenhuma direção de fundos para a lavoura com preferência a qualquer outra indústria, estando certo de que havendo liberdade de co-

mércio, eles hão de tomar a direção mais conveniente, até se equilibrarem as vantagens em todos os empregos, todavia não posso deixar de notar alguns obstáculos, que embaraçando a livre circulação, retardam o restabelecimento daquele natural equilíbrio, restando fora da lavoura capitais, que iriam para ela no estado de liberdade.”

No depoimento que, na mesma ocasião, foi prestado por Manuel Ferreira da Câmara, está registrado:

“Na cidade ouve-se falar da lavoura, e quando muitos daqueles que mais interessam nela, applicando-se ao estudo das causas que a podem promover ou atrasar, chegam a descobrir nas leis, e regimentos que lhe dizem respeito, as causas favoráveis ou desfavoráveis do seu progresso; e pôsto que lhes pareça estranho, começarei por estabelecer como principio, que tenho por muito verdadeiro, que tôdas as leis, regimentos, bandos, posturas de câmaras, quando elles saem do recinto das cidades não servem senão a lisonjejar a vaidade dos que governam; a obstar ao progresso da lavoura, e massa das produções, em que consiste a verdadeira riqueza; a semear a discórdia entre os lavradores; e enfim só

se fazem para serem iludidas, e esquecidas em pouco tempo.

“Desta regra geral, a que conheço só duas, ou três exceções lembrarei uma reconhecida por necessária entre nós desde o ano de 1609, quando se deu Regimento à Relação desta cidade: quero falar da lei feita para regular as plantações e conservar os bosques e matas. Nêles se ordena no tt. da ordem, que o governador do Estado do Brasil há de ter nas coisas de justiça e relação — que terá particular cuidado de prever sôbre as lenhas e madeiras, que se não cortem, nem queimem para fazer roças, ou para outras coisas, em partes que se possam escusar; por quanto sou informado que em algumas Capitánias do dito Estado havia muita falta da dita lenha, e madeiras, e pelo tempo em diante haveria muito maior, o que será causa de não poderem fazer mais engenhos, e de os que agora há deixarem de moer — ora se há 198 anos, quando apenas este país tinha saído da barbaridade, havia já falta de lenha e madeira; se esta falta então deu motivo a uma tão sábia e provida lei a favor da lavoura, e construções de todo gênero, principalmente navais,

que tanto auxiliam a agricultura, que diremos do estado presente? Se aquela lei, que na verdade contraria em parte a liberdade de alguns proprietários, a benefício de tantos, não teve cumprimento, que devemos esperar de novas, que talvez não tenham a sabedoria daquela?"

Como se vê, já naquela época havia preocupação, na Bahia, em virtude da devastação indiscriminada da riqueza florestal. Havia, por outro lado, um esforço no sentido de melhorar a riqueza agrícola pela introdução de novas espécies de produtos, tal como aconteceu, por exemplo, com o fumo, de que foram recebidas sementes do fumo da Virgínia, com as necessárias instruções para o plantio, sendo indicado como mais próprio para tal cultura o solo de Cachoeira, transformado hoje em dia na região maior produtora e de melhores tipos fumageiros no Brasil. Para que fôsse melhorado o rebanho, trouxeram, da Lombardia, animais da raça "Turina". A cana de açúcar que se desdobrou nos seus amplos e ricos canaviais, veio diretamente da Ilha da Madeira.

Vê-se, por todos estes elementos colhidos de maneira tão sucinta, que tem havido na Bahia, desde os tempos coloniais, um esforço não apenas extensivo, mas também intensivo, pela melhoria e pelo desenvolvimento dos recursos agrícolas do Brasil. No passado, eram ouvidos a respeito os homens mais entendidos, os produtores e os comerciantes, que eram também os legisladores. Hoje, porém, em face da nova era que vivemos, a palavra deve caber especialmente aos técnicos, àqueles que estudaram e se valeram da experiência dos homens do passado, encontrando assim, na ciência, meios capazes de abrir novos caminhos e dar novas possibilidades à riqueza agrícola.

ASPECTOS DE UMA LUTA

Deve, pois, a Escola Agronômica hoje sediada em Cruz das Almas ser o centro de onde há de se operar a irradiação da técnica e da ciência agronômica para a Bahia, indo mesmo mais longe, agindo como já hoje acontece, na atração de jovens dos Estados vizinhos. Na imponência e na largueza de suas novas instalações, a Escola Agro-

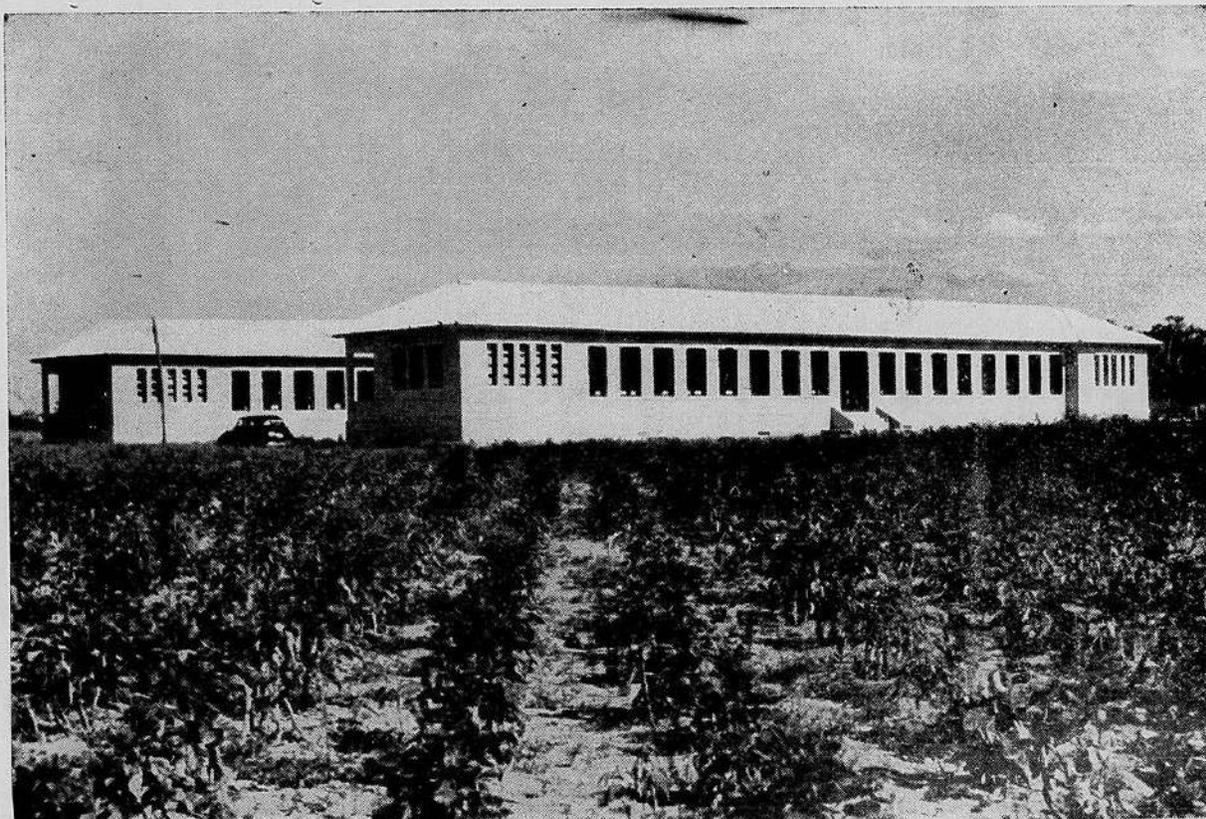
nômica da Bahia, sediada em Cruz das Almas, representa uma das mais antigas instituições do gênero, no país.

Uma rápida figuração de sua história dá uma idéia da sua vida, através as ocorrências principais verificadas.

No império ainda, um grupo de homens brilhantes e ricos, pertencentes às principais famílias do recôncavo baiano, onde está situada a zona açucareira da Bahia, reuniu-se para a fundação, em sociedade, de um Instituto Baiano de Agricultura. Isto logo depois da terminação da guerra contra o Paraguai.

Muitas foram as reuniões, deliberações, o que durou alguns anos, até que enfim, ouvida Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, este deu seu integral apoio e a corôa do Brasil concorreu também, com a importância de Cr\$ 12.000,00 naquela época. Dentre os vultos que tomaram a si a realização da tarefa, encontravam-se o Barão de S. Francisco, o Visconde de São Lourenço, o Barão de Cajayba, César Rios, Gonçalves Martins, Visconde Ferreira de Viana Bandeira e muitos outros.

Alojamento dos estudantes. Todos os apartamentos são mobiliados modernamente, para grupos de três e quatro acadêmicos.





Detalhe da fachada de um dos edifícios da Escola.

Assim pois, fundou-se no Brasil, com sede na Bahia, em São Bento das Lages, a primeira instituição nacional para ensino agrônômico em grau superior, com a denominação de Imperial Instituto de Agricultura da Bahia, diplomando engenheiros agrônomos, sendo um dos seus primeiros alunos Gustavo d'Utra e Sérgio de Carvalho, as duas figuras marcantes no cenário agrônômico nacional: Gustavo d'Utra, que depois de ter sido diretor do referido Instituto foi convidado pelo governo de São Paulo, a cujo Estado deu as melhores reservas do seu patriotismo, do seu talento e das suas virtudes,

Sérgio de Carvalho, convidado pelo governo nacional, foi o estruturador do ensino agrônômico no país, depois de duas demoradas viagens por tôta a Europa.

Em 1905 vamos encontrar Miguel Calmon à frente do Ministério da Agricultura; o político baiano era, também, um homem desde cedo ligado às questões agrícolas e não perdeu a oportunidade que se lhe oferecia de dar um novo aspecto ao Imperial Instituto, que após a proclamação da República passara a ser Escola Agrícola da Bahia. Miguel Calmon pôe a velha escola sob as responsabilidades do governo federal, mediante acôrdo firmado com o governo do Estado. Foi então modificado o seu curso, passando a desempenhar atividades eminentemente práticas, sendo seu diretor, então, o famoso cientista Leo Zentner. Mais tarde, procurando dar novo impulso ao ensino agrícola, o governo federal, na

pessoa de Sérgio de Carvalho, criava no Brasil as Escolas Médio-Teórico-Práticas de Agricultura, a que ficou transformada a Escola Agrícola da Bahia, diplomando então agrônomos.

Infelizmente, mais tarde, em 1913 ou 1914, ocorreu uma revolta de estudantes, determinando o fechamento, por tempo indeterminado, do mencionado estabelecimento. Em virtude de cláusula do acôrdo vigorante entre os governos Estadual e Federal, a Escola não poderia sofrer interrupção de mais de seis meses, nos seus cursos.

O fechamento, nesta ocasião, prolongou-se, acarretando grandes prejuízos à formação dos técnicos tão necessários ao desenvolvimento da lavoura brasileira.

Cinco ou seis anos mais tarde, — em 1919 — sendo governador do Estado o Dr. Antônio Muniz Ferreira de Aragão, que tinha como Secretário da Agricultura o Dr. Joaquim Artur Pedreira Franco, a Escola Agrícola da Bahia ainda permanecia fechada.

Foi nesta ocasião que um grupo de estudantes secundários fundou um jornal sob a orientação de Crispim Couto e Orlando G. Teixeira, atual Secretário da Agricultura do Estado da Bahia. Tinha o jornal o título de "Argonauta" e, logo em seu artigo de fundo, sob o título de "Escola Agrônômica", de autoria de Orlando G. Teixeira, apontava ao governo diretrizes para a reabertura da Escola de São Bento das Lages.

Logo mais tarde o mesmo articulista, que não obstante a sua juventude mostrava-se ardoroso entusiasta dos problemas da terra, organizou uma comissão permanente para tratar da reabertura da Escola, fechada já há vários anos. Sóstenes Miranda, Numa Pompílio, Mesquita Chaves, Afonso Veiga Régo, Kepler, Guimarães Filho, Demóstenes Paulo da Mata, José Viana Dias da Silva, Ademar Xavier, e outros, num total de quarenta e quatro ginásianos, reuniam-se diariamente na sala da Biblioteca Pública, cedida para tais reuniões pelo respectivo diretor.

Residências típicas para funcionários.



Nas conversas dos jovens, durante dias seguidos, tudo foi organizado e planejado; e, com os estudos realizados, foram, uma tarde, os estudantes, à presença do governador do Estado, então o Dr. Antônio Muniz, perante quem, por delegação dos seus companheiros Orlando Gonçalves Teixeira fez o apelo para que fosse reaberta a Escola.

Não tardaram a ser satisfeitas as aspirações dos estudantes baianos. O que fora prometido pelo governador, foi cumprido. Orlando Teixeira dispunha, no Parlamento, de amigos e mestres, que desde logo emprestaram todo apoio à idéia, tais como os Deputados João Pimenta, Emanuel de Santana, Prof. Franco Rocha e os Senadores Batista Marques, Manuel Duarte de Oliveira, os quais prometeram trabalhar pela causa. Quem percorra hoje os anais do Poder Legislativo do Estado da Bahia, relativos àquela época, há de encontrar o testemunho a estas palavras.

Assim, pois, por lei estadual, foi reaberta a Escola Agrícola de S. Bento das Lages, em fins de 1919. Restava, porém, que fosse escolhido o seu diretor. Ainda aqui coube, a Orlando Teixeira, interferir. Foi nomeado o Dr. Joaquim Alves da Cruz Rios, que tinha, dentre outros títulos, o de ter sido constituinte em 1891.

Em fevereiro de 1920 estava a escola reaberta e entrava a receber os primeiros alunos à matrícula, onde figurava, como número um, o atual se-



Vista de alguns edifícios.

cretário da Agricultura e que fora o líder do movimento vitorioso pela abertura do tradicional estabelecimento de ensino superior.

Desde então, e até os nossos dias, o ensino agrônômico jamais sofreu qualquer interrupção, na Bahia. Entretanto, cumpre assinalar que fatos excepcionais ocorreram na sua vida.

CRUZ DAS ALMAS

Com a vitória da revolução de 1930, sendo Interventor Federal na Bahia o jovem professor da Escola

Politécnica Afrânio Bastos do Amaral, foi a Escola transferida, em 1931, princípios do ano, de S. Bento das Lages para os edifícios da Hospedaria de Imigrantes em Monte Serrate.

Eram frequentes as críticas em virtude da situação da Escola, embora as práticas de campo fossem realizadas no Campo de Experiências de Ondina e, mais tarde, no quilômetro 4 da estrada de ferro de Bahia a Feira de Santana. Cuidava-se, então, de dar uma melhor coordenação às aulas teóricas e práticas.

Em princípios de 1932, já no curso da interventoria Juracy Magalhães o secretário da Agricultura, Alvaro Navarro Ramos, fez uma reforma em seus cursos, dando real melhoria ao estabelecimento.

Quase todos os governantes baianos têm dispensado a melhor atenção à escola, procurando fazer por onde ela seja um organismo útil à coletividade. A isto não fugiu também o Dr. Landulfo Alves de Almeida, quando a partir de 1939, tendo como secretário da Agricultura o Dr. Joaquim da Rocha Medeiros, encetou uma série de providências benéficas.

O primeiro ato foi o decreto número 11.237, de 28 de fevereiro de 1939, modificando seu regulamento para enquadrar-se nas disposições da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, em face do decreto-lei n. 23.979, do governo federal, de 8 de março de 1934, "para garantia dos direitos dos matriculados em seu curso"

Residência típica para professores.



A localização da Escola, num local apropriado e em instalações convenientes, de modo a permitir a instalação condigna de todos os seus serviços, de modo a renderem os mesmos o máximo que seria de esperar, continuava a ser uma preocupação do governo estadual. E, já em 1940, sob a supervisão de Joaquim Medeiros, Secretário da Agricultura, estavam concluídos os estudos e trabalhos preliminares neste sentido e era iniciada a obra monumental da Escola Agrônômica da Bahia, sediada em Cruz das Almas.

Grande era o plano a ser executado e exigia uma ampla preparação. Desde logo foi tida em consideração a tarefa na parte relacionada com o pessoal técnico; a nova escola exigiria um amplo "staff". Para atender a este aspecto cuidou o governo da Bahia de enviar, cada ano, aos Estados Unidos, um grupo de jovens formados, a fim de realizarem estudos de aperfeiçoamento e especialização. Eles, depois, iriam compor os quadros técnicos da universidade rural.

O atual secretário da Agricultura foi um deles, além de Durval Gonçalves

Teixeira, atual diretor do Instituto de Química Agrícola e Tecnologia, Waldiki Moura, Antônio Medeiros, Joel Moreira da Silva, Alexandre Sousa, Nuno Tavares, Josafá Azevedo, Fúlvio José Alice, Armando Vasconcelos Ribeiro, José Alves Portela, Flávio Tavares, Luís da Rocha Sales, Pedrito Silva e outros.

Em 1942 opera-se a mudança de interventoria e, em consequência, surge uma reforma na Secretaria, passando em janeiro de 1943, a escola, a chamar-se Escola de Agricultura e Medicina Veterinária. Era interventor o General Renato Onofre de Pinto Aleixo e, Secretário da Agricultura, o Dr. Paulo de Campos Pôrto.

Sobrevem a guerra e as instalações em que estava funcionando a escola, em Monte Serrate, são reclamadas para a instalação das baterias de Defesa de Costa. Foi, nestas condições, dado um prazo de três meses para a mudança da Escola para Cruz das Almas, o que foi realizado, realmente, com não pequenos sacrifícios.

Foi então nomeada uma comissão, composta de Orlando Gonçalves Tei-

xeira, Durval Gramacho — chegados há poucos meses dos Estados Unidos — para ao lado do Sr. Pedro Oliveira e José Junqueira instalarem o novo estabelecimento.

Dias e noites de trabalho se sucederam. A 1.º de maio de 1943, finalmente, efetuou-se a inauguração oficial da Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia. Ainda naquele mês era o Dr. Orlando Teixeira designado para, agora, responder pelo expediente da Diretoria, além de suas funções de supervisor e de professor da cadeira de Geologia e Mineralogia.

Atendendo ao grande plano, nada foi alterado nas suas grandiosas instalações, pois tudo obedecia ao que fora traçado e aprovado em 1940 pelo Interventor Landulfo Alves e pelo Secretário Joaquim Medeiros.

Somente duas grandes obras não constaram do planejamento, a que o então diretor, Orlando Teixeira, propôs ao interventor, General Pinto Aleixo e para o que conseguiu aprovação depois de um ano, em face dos recursos: o Ginásio para 1.800 estudantes secundários e o Hospital Uni-

Ensaio de cultura de gergelim feito na Escola.



versitário, criado em moldes os mais modernos, inclusive o "solário".

Em 1945, em virtude de ter o Dr. Orlando Teixeira sido convidado para assumir a direção da Secretaria da Agricultura, teve que deixar a direção da Escola, ocorrendo isto a 14 de novembro. Atualmente, está à frente dos destinos da importante universidade rural o Sr. Luis da Rocha Sales, que dentre outros estudos anteriores, passou dos anos e meio nos Estados Unidos.

ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

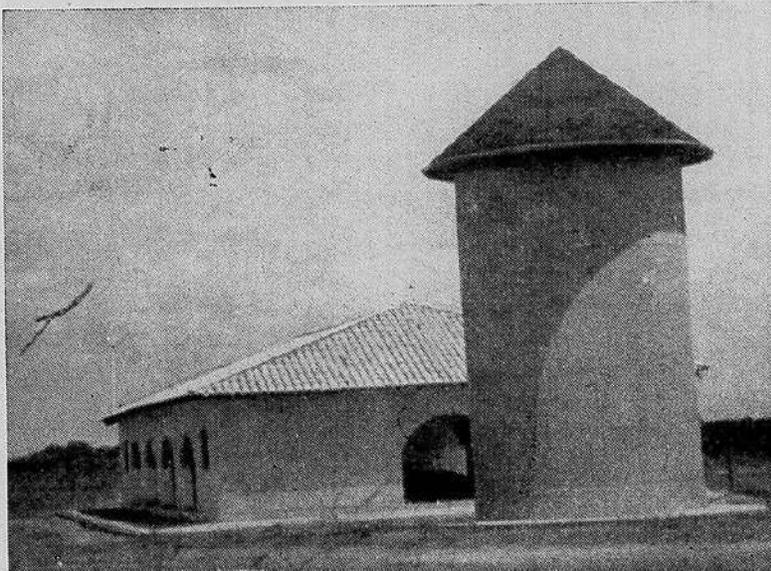
A Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia mantém o mesmo número de cadeiras da Escola Padrão da Universidade Rural do Brasil — instalada no quilômetro 47 da estrada de rodagem Rio S. Paulo — ou seja um total de dezoito cadeiras. Mantém o curso de preparação de engenheiros agrônomos e, dentro em breve, a sua organização será ampliada a fim de compreender os moldes práticos que a época e a experiência estão recomendando.

Provavelmente, em áreas da Escola, será instalado o Instituto Agrônomo do Leste, que por ser um órgão de pesquisa e experimentação talvez venha a ficar funcionando paralelamente à Escola. Tudo isto, porém, está ainda no terreno das conjeturas, nada havendo estabelecido.

Em face de decreto do ano próximo findo, a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária voltou a chamar-se "Escola Agrônômica", denominação esta mais apropriada ao seu amplo ciclo de trabalhos.

Outros aspectos, porém, não podem ficar à margem desta reportagem. Uma das coisas notadas pelo visitante, ao primeiro lance de suas observações, é o caráter grandioso de suas instalações. Obedeceu, o plano de construções, ao que de mais moderno se tem feito em outros países; como está a Escola situada no interior do Estado, houve a preocupação de dar, a estudantes, mestres e administradores, um conforto capaz de suprir, assim, a ausência das atrações inerentes aos grandes centros urbanos. Mas, além disto, há ainda as grandes proporções do empreendimento, denotando este particular a previsão do projeto: tudo foi estudado tendo em mira o desenvolvimento e as exigências futuras.

Na maioria das nossas realizações, infelizmente, não se cogita do futuro e o resultado, sempre, é que dois ou



Edifício de armazenagem e silo.

três anos após a conclusão de obras, se impõe a realização de novos trabalhos para ampliação de instalações, de vez que aquelas já se mostram insuficientes para a finalidade a que foram destinadas.

As instalações da Escola Agrônômica abrigam, hoje, estudantes da Bahia, de Sergipe e de outros Estados do Nordeste; a tendência, naturalmente, será que, nos próximos anos, afluam a seus cursos, jovens destes e de outros Estados, em número maior. A agricultura brasileira chegou a um ponto em que exige, numa média crescente, técnicos de todas as especializações; o Nordeste e o Leste têm, relativamente, um "deficit" maior que o Sul e o Centro do país, e a Bahia está destinada a ser o celeiro de formação dos técnicos que devem traçar as linhas e realizar os planos da ampla reforma da agricultura em todo o amplo Nordeste do Brasil.

MISSÃO DO TÉCNICO

E', pois, da maior relevância, a missão que espera o técnico agrícola. A nossa agricultura é, ainda hoje, uma prova típica de economia super-concentrada, monocultural. O simples esboço da composição de nossa vida rural é o índice de que tudo devemos fazer pela mutação do panorama. Revendo o censo de 1940 encontramos que 68.39% dos nossos habitantes vivem no campo, o que é uma porcentagem sobremodo elevada para um país que pretende se alinhar dentre as

nações industriais; a população ativa, de 10 anos e mais, na lavoura e na pecuária, representa 67,40% de toda a população ativa do Brasil. São, os habitantes rurais ativos, em números redondos, 9.166.825, para um total de 1.903.868 propriedades rurais. Se admitirmos que cada proprietário tenha apenas uma propriedade, chegase à conclusão de que apenas 20,8% dos moradores no campo são proprietários.

A área das propriedades agrícolas, em todo o país, é de 197.626.914 hectares, representando apenas 23,2% do território nacional e, desta área cultivada, 62,8% se encontra nos Estados de S. Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Mas a área cultivada não vai além de 6,5% da área total das propriedades rurais, ou 1,5% do território nacional. Verifica-se então que a maior parte das propriedades não é cultivada, constituindo um amplo latifúndio.

Como se vê, apenas dois Estados da região Sul e um do centro, compreendem bastante mais da metade da área cultivada do país; dentro das estatísticas, o Nordeste apresenta-se como o grande deserto, a ser transformado em campo de produção de riquezas, e os agrônomos serão homens da linha de frente nesta batalha que deve se ferir o mais breve possível.

O quadro, porém, tem características mais graves. Se examinarmos a área por produtos, encontramos que o milho, o café e o algodão representam 56% de toda a área cultivada no

país; se juntarmos a eles o feijão, arroz, mandioca e cana de açúcar, encontramos uma percentagem de 90%. Quando falamos, de maneira tão abundante, na diversificação da produção agrícola, encontramos, através dos números estatísticos, a revelação de uma lavoura extensiva, onde pelo menos dois produtos — os mais importantes — vivem em função do mercado externo: café e algodão.

Um estudo da distribuição da propriedade rural conforme as áreas, nos leva mais às seguintes conclusões: a) cerca de 18% dos proprietários possuem dois terços da área total das pro-

priedades: uns 340.000 proprietários (3,7% dos que trabalham a terra), são donos de dois terços das propriedades agrícolas; b) existem no Brasil cerca de 1.000 propriedades com mais de 10.000 hectares e mais de 6 com mais de 100.000 hectares. Dentro desta base concluímos que apenas 50 proprietários têm em seu poder 3,2% da área total das propriedades rurais.

Em compensação, há Estados em que grande parte dos pequenos proprietários possui parcelas ínfimas de terra, tornando sua exploração anti-econômica. Neste caso, têm apenas 5 hectares; 81,5% de todas as proprie-

dades do Maranhão; 54,3% das de Sergipe; 44% das de Alagoas; 41% das de Pernambuco; 28% das do Amazonas e do Pará; 23% das de Paraíba e 18% das do Estado do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, verifica-se que, ao pequeno aumento da área cultivada vem correspondendo um pequeno decréscimo da produtividade. É que a cultura no Brasil, feita de maneira extensiva, tem recaído de uma maneira geral sobre as mesmas áreas, processando-se a um esgotamento das riquezas do solo, de vez que nada se faz, na maioria dos casos, pela adubagem ou por qualquer processo de racionalização do trabalho agrícola. O lavrador age espontaneamente, seguindo a rusticidade dos seus conhecimentos. A função do agrônomo será, particularmente, uma função de catequese.

No momento cuida-se muito da mecanização e ainda aqui são desoladores os resultados que os números nos apontam. Existem em média, no Brasil, 38,8 arados por 1.000 hectares cultivados; só ultrapassam a média nacional o Rio Grande do Sul com 168 arados por 1.000 hectares cultivados, Santa Catarina com 62 e São Paulo com 44. Catorze Estados têm menos de 6 arados por 1.000 hectares cultivados. Em matéria de tratores, temos em média, 2,6 tratores por 10.000 hectares cultivados; quinze Estados possuem menos de 2 tratores por 10.000 hectares, enquanto os Estados Unidos dispõem de 125, isto é, de quase 50 vezes mais.

Se quisermos fixar as grandes linhas da obra que há por fazer, bastará dizermos que ela deve começar de baixo. Tudo está praticamente por ser construído. A improvisação deve ser abolida.

A Escola Agrônômica da Bahia, instalada hoje condignamente em Cruz das Almas, rica de uma tradição brilhante, terá a desempenhar na gigantesca tarefa esboçada, a função de fornecedora de homens conscientes, formados nos seus cursos e com o espírito de brasilidade que a obra requer. Esta será uma obra fundamentalmente brasileira, em todas as suas características.

Figueirôa

Modas Esportivas

CAPAS IMPERMEAVEIS ★ ARTIGOS PARA
CAMPO E PRAIA ★ ROUPAS ESPORTIVAS

CONJUNTOS - MAIÔS - BLUSAS
CALÇÕES - JAQUETAS - ETC.



ARTIGOS DE BORRACHA

BRINQUEDOS - TUBOS - LUVAS
ARTIGOS PARA USO DOMÉSTICO

ARTIGOS DE MATERIAL PLÁSTICO

BOLAS - BÓIAS - SACOLAS
TRAVESSEIROS - ALMOFADAS
E CORTINAS PARA BANHEIROS

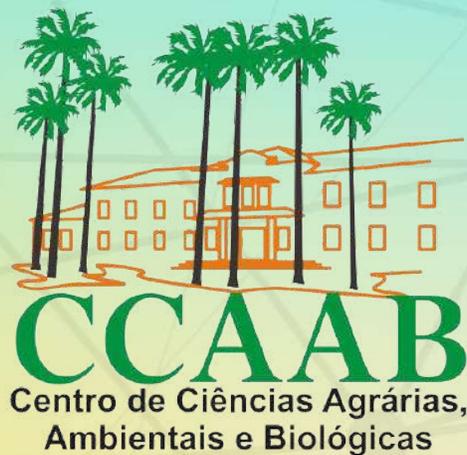


BIANOR FIGUEIRÔA & CIA.

RUA BARÃO ITAPETININGA, 100

FONE 4-0801

SAO PAULO



ENDEREÇO:

Rua Rui Barbosa, nº 710, Centro
Campus Universitário, Cruz das Almas, BA
CEP: 44380-000
Tel.: (75) 3621-6389
www.ufrb.edu.br/ccaab

INFORMAÇÕES E SUGESTÕES:

ccaab.asepe@ufrb.edu.br